

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N.º /2009
(Da Sra. Perpetua Almeida)

Requer a inclusão de convidado para participar de Audiência Pública que tratará da atual situação da Polícia Rodoviária Federal.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido os membros desta comissão, que seja convidado para comparecer a Audiência Pública já aprovada pelo plenário deste órgão técnico, um representante do Ministério da Justiça, para tratar da situação dos excedentes do último concurso, das condições de trabalho dos policiais rodoviários federais e da atual situação da PRF em todo o território nacional.

Sala da Comissão, em de março de 2009

PERPETUA ALMEIDA
DEPUTADA FEDERAL PCdoB/AC

JUSTIFICATIVA

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é um órgão permanente, organizado e mantido pela União, conforme previsto no art. 144 da Constituição Federal. A PRF desempenha indiscutível papel constitucional como órgão de Segurança Pública, possuindo abrangência e atribuições em todo o território nacional, sendo indispensável sua presença nas rodovias federais.

No entanto, a situação da PRF é delicada, sobretudo no que se refere a sua infra-estrutura e ao seu quadro de servidores. Tal situação é ainda mais grave nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde é possível perceber ainda mais as conseqüências negativas da falta de pessoal.

Outra questão que se pretende discutir é a situação dos excedentes do último concurso da PRF. Eles são compostos por 406 candidatos aprovados e classificados que passaram a constituir um excedente, apesar de terem demonstrado total capacidade e qualificação para o exercício do cargo. A comissão por eles organizada fez um levantamento e constatou a existência de 971 vagas na estrutura do Departamento da Polícia Rodoviária Federal.

A presença de um representante do Ministério da Justiça contribuirá para a busca de alternativas para a atual situação da PRF e dos excedentes do último concurso, além de permitir a discussão de questões referentes à lei orgânica e ao plano de carreira dos policiais rodoviários federais.